

ARTI60

REFLEXOS DA CAATINGA NA SELVA AMAZÔNICA: O REGIMENTO MILITAR DO PARÁ VAI À GUERRA²

1897 é um ano de profunda crise política no Brasil. Não muito diferente do que já vinha acontecendo no período Imperial desde o final da Guerra da Paraguai, em um processo que culminou com o golpe que derrubou a já cambaleante Monarquia no Brasil em novembro de 1889. Desta forma, como ensinado por Fernand Braudel, que o tempo de curta duração é aquele das conjunturas políticas, 1897 não deve ser considerado isoladamente, mas sim dentro de um contexto que se apresentava ao longo do final do Império e dos primeiros anos da República.

A assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel em 1888 era algo inevitável, foi só mais um ato na tentativa desesperada de salvar o regime, que se encontrava sem o apoio do Exército, que recusou o papel de Capitão-do-mato; da Igreja Católica, derrotada na disputa por poder pela elite brasileira na chamada Questão Religiosa; e de parte da aristocracia, principalmente em São Paulo, onde foi fundado o Partido Republicano Paulista em 1870, uma das maiores forças de oposição política nos últimos anos do Império.

Mas no final, quem deu o golpe de misericórdia na Monarquia foram os militares, principalmente os ligados a Escola

¹ Graduado em Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará e **aluno do Curso de Especialização em História Regional da Universidade federal de Roraima**

² **Este artigo teve origem a partir da Monografia de conclusão de curso apresentada à Universidade Federal do Pará como instrumento de avaliação do Curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em História sob orientação do Prof. Dr. William Gaia Farias.**

Militar da Praia Vermelha, que sob os ensinamentos positivistas de Benjamin Constant, foram contagiados pelo pensamento republicano. Sob a liderança de Deodoro da Fonseca e em um simples pronunciamento militar, foi-se por água abaixo o Império do Brasil, e exilada sua elegante Família Real. Nem mesmo Floriano Peixoto, Ajudante-General-de-Exército no final do Império, quis defendê-lo, preferindo tornar-se vice-presidente de Deodoro da Fonseca (MONIZ, 1978).

Escrevendo sobre os militares e sua atuação na Proclamação da República, William Gaia Farias, em sua tese de doutorado, afirma: "foi sua primeira participação efetiva na política brasileira" (FARIAS, 2005:138). E os republicanos civis sabiam da existência de um turbilhão político dentro das Forças Armadas, e que sem os militares seria impossível, naquele momento, executar alguma reforma política. Mas, mesmo assim, os militares não formavam um único bloco, como comprovado por algumas revoltas no início da República, a da Armada principalmente. E, além disso, com a crise política no governo de Deodoro da Fonseca, este é abandonado por Floriano Peixoto. Aliás, como já havia feito anteriormente, ao abandonar Ouro Preto no fim do Império (MONIZ, 1978:57).

O governo de Floriano Peixoto foi marcado por desrespeito a toda a ordem vigente. Ao judiciário, aos direitos políticos e humanos, perseguições e reações violentas aos seus opositores. Tentou passar por cima de tudo e de todos, inclusive da Constituição Federal de 1891. Um dos casos emblemáticos de sua desenfreada violência foi o fato de ter enviado para Desterro, atual Florianópolis (nome dado em sua homenagem), o Coronel do Exército Antônio Moreira César, que após derrotar a Revolução Federalista naquela cidade, sairia de lá conhecido como o "corta-cabeças" e sua fama de sanguinário consolidada, tudo com o apoio de Floriano.

Quando em 1894, Floriano deveria entregar o governo a Prudente de Moraes, não o desejava. Mas, Prudente de Moraes era apoiado por São Paulo, que não permitiria um golpe de Floriano Peixoto, tanto que não desmobilizou seus batalhões patrióticos que lutaram na Revolução Federalista, e Floriano já não possuía meios para levar uma guerra civil contra o estado mais poderoso economicamente da Federação. Assim, apesar do apelo de seus partidários, Floriano deixou o poder.

Em seu governo, Prudente de Moraes tentou tranquilizar o país politicamente, mesmo sofrendo a oposição dos seguidores de Floriano. Mas no

fim de 1896 afastou-se temporariamente do governo para tratar de sua saúde, assumindo seu vice, Manuel Vitorino, que para fortalecer-se se aliou ao grupo florianista, no contexto em que se iniciam as animosidades no sertão da Bahia, o conflito interno que passou à história como a "Guerra de Canudos". (MONIZ, 1978)

O que ocorreu no interior da Bahia foi uma sucessão de erros e um grande jogo de interesses. Segundo Walnice Nogueira Galvão, em sua obra *O Império do Belo Monte*, a comunidade fundada por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, tornou-se um atrativo para a gente sofrida do sertão, recém safda da escravidão e castigada por um ciclo de secas implacáveis. O êxodo de sertanejos para Canudos teve como principal consequência uma diminuição da mão-de-obra das propriedades da região. Depois, com seu vertiginoso crescimento assustou aos proprietários com a possibilidade de terem suas terras invadidas. (GALVÃO, 2001).

Outro ponto levantado por Walnice Galvão foi o aspecto religioso. Pressões da Igreja também foram decisivas para o agravamento do conflito. Com a política centralizadora exercida pela Igreja a partir de 1860, sob o Papa Pio IX, o clero passou por um processo de "romanização", os padres foram submetidos à autoridade dos bispos e das arquidioceses, e a de Salvador travava guerra contra a ação dos pregadores leigos do sertão. O relatório do frei João Evangelista de Monte Marciano demonstrou claramente o medo da Igreja em perder o controle que possuía sobre a população sertaneja, tratando Canudos como reduto de fanáticos e bandidos (GALVÃO, 2001).

As elites políticas da Bahia e do Rio de Janeiro aproveitaram o evento de Canudos para acusarem-se mutuamente, cada uma defendendo seus próprios interesses, colocando o arraial, quando se inicia o conflito, como uma tentativa de restauração monárquica e como grande perigo à República. Manuel Vitorino, aliado aos florianistas para se manter no poder, não percebe que este grupo vê no episódio a grande oportunidade de retornarem a dominar o Executivo Federal e ao velho "jacobinismo" dos tempos de Floriano. Por este motivo quem comanda a Terceira Expedição Militar contra Canudos é Moreira César, apontado pelos florianistas como o perfeito substituto do "Marechal de Ferro". Com a morte de Moreira César e o insucesso da expedição, monta-se uma Quarta expedição, e é chamado o General Artur Oscar de Andrade Guimarães para comandá-la, outra esperança florianista, que termina a guerra com sua carreira e reputação irremediavelmente manchadas.

O episódio da Guerra de Canudos já foi documentado dezenas de vezes. Somente no site <<http://www.portfolium.com.br>>, constam mais de 200 obras já publicadas sobre o tema. Assim, o que nos interessa para este artigo é a participação do Regimento Militar do Pará no conflito, mais precisamente pretendemos buscar os acontecimentos em torno do evento na capital paraense e o envio e participação da tropa paraense nos combates.

Consideramos fundamental lançar luz sobre este tema uma vez que, de fato, a maioria da comunidade académica desconhece a participação do Regimento Militar do Pará, ou do Amazonas, na Guerra de Canudos. Ou ainda, este trabalho interesse àqueles que desejam entender o episódio que levou a Força Policial do Estado do Pará para o distante sertão baiano.

REFLEXOS DA CAATINGA NA SELVA AMAZÔNICA

A situação económica do sertão nordestino no final do século XIX era completamente distinta da encontrada na região amazônica, principalmente nas capitais (Belém e Manaus). Viviam-se no Norte do Brasil os tempos áureos da produção da borracha, a chamada Belle Époque amazônica, com seus boulevards e casas de produtos importados diretamente das principais capitais da Europa, suas pomposas festas, espetáculos no teatro que nem passavam pelas principais cidades da República, e reestruturação urbana de Belém e Manaus.

Assim, a pergunta feita em artigo por Paulo Emílio Matos Martins nos parece interessante ser levantada aqui. Segundo o autor, os estados da região Norte (Amazonas e Pará) foram os únicos a enviar quase toda a sua força policial para Canudos, assim sendo, o que teria motivado sua elite política a enviar tropas, ao custo de vidas e altas despesas, já que o Amazonas e o Pará eram regiões geograficamente tão distantes da Bahia quanto afastados eram os motivos da guerra da realidade das populações amazônicas (MARTINS, 1997:10).

Nas hipóteses levantadas por Matos Martins, os motivos seriam resultado da imagem isolacionista e separatista que as elites políticas amazônicas passavam ao governo central do Rio de Janeiro, como resultado do intercâmbio da Região Norte com os países da Europa, principalmente no aspecto económico (MARTINS, 1997:11). Mas, é preciso que se note que o isolamento também era resultado dos precários meios de comunicações

existentes a época e das teorias raciais em voga no final do século XIX. Tendo dinheiro suficiente para o intercâmbio com a Europa, para a alta sociedade amazônica, era mais interessante fazê-lo com a região mais "desenvolvida intelectualmente" do mundo. Além desta, que consideramos a mais importante levantada pelo autor, ainda temos que seria pelo fato da excelente situação econômica dos estados, o que tornaria possível a maior quantidade de gastos, e uma forma de reafirmação à Nação por parte das elites amazônicas (MARTINS, 1997:11).

Tais questionamentos e hipóteses levantadas por Paulo Emilio Martins são importantes e acreditamos que seria necessário um outro trabalho apenas para analisar tais questões, não só pela quantidade de informações a serem confrontadas, mas também por considerarmos o assunto bem mais complexo do que as hipóteses levantadas pelo autor, como fica claro ao observarmos os debates na imprensa da capital paraense durante a permanência e após a chegada da tropa da Polícia Militar de Canudos.

A questão não gira em torno apenas de aspectos econômicos e políticos, como nos parece afirmar as hipóteses levantadas por Paulo Emilio Martins, é necessário verificar, também, os aspectos religiosos, além de aprofundar o debate político. Assim como no Rio de Janeiro, em Belém também existiram partidários da República, e o Estado do Pará, teve grande participação, no cenário nacional, nos primeiros anos republicanos. E, em termos religiosos há aqueles que eram a favor, que constituíam a grande minoria, das convicções de Antônio Conselheiro, imperando a falta de informações verdadeiras sobre o "Peregrino" devido à falta de credibilidade em algumas publicações, ou da maior parte delas.

No final do Século XIX os jornais caracterizavam-se pela defesa dos pontos de vista daqueles que neles escreviam, portanto, para entender um pouco o clima da época acreditamos ser essencial acompanhar, se não total, pelo menos em parte, a escalada das discussões nos jornais de 1897 que circulavam em Belém. Para citar um exemplo do que estamos falando sobre ser tendenciosa a imprensa no século XIX, vejamos a informação fornecida por William Gaia Farias:

A República era um jornal dirigido por jovens intelectuais que apresentavam um jornalismo ao nível da intelectualidade republicana que emergia naquele final de

século, principalmente nos grandes centros administrativos que se concentravam os homens das letras. De certa forma os propagandistas defendiam uma ideologia do 'progresso', da qual o regime republicano fazia parte (FARIAS, 2005:21).

Ainda segundo Farias, entre os republicanos do Pará, ligados ao jornal, encontrava-se o médico José Paes de Carvalho, que em 1897 era o Governador do Estado, o que já nos parece um motivo comprovador de sua colaboração com o Governo Central. Sendo republicano, o governador não tinha porque não apoiar as decisões da Presidência da República, se esta lutava contra algo que "pretendia derrubar o regime", e com este os ideais republicanos do papel evolucionista e civilizador da República. Assim, o governador solicita ao Senado Estadual³ o envio de tropas da Polícia do Pará em auxílio as forças do Exército em março de 1897. Ficou registrado então o seguinte no Livro de Atas da Câmara dos Senadores:

O Congresso do Estado do Pará, ciente dos acontecimentos que nos sertões da Bahia acabam de roubar à Pátria um valente punhado de bravos e intemeratos filhos, cuja perda enche de luto a Nação, autoriza ao Governador do Estado, identificando-se com o Presidente da República na defesa das instituições republicanas, a agir de forma a prestar ao Governo Federal o inteiro e ilimitado concurso do Estado na obra de defesa da República. Em 8 de março de 1897. (a) Fulgêncio Simões (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Arquivo Público do Pará. *Livro de Atas da Câmara dos Senadores doano de 1897:30*).

No início de março a República encontrava-se perplexa e eufórica ante os últimos acontecimentos que eram noticiados a partir de Canudos. Primeiro a derrota da Expedição Febrônio de Brito (Segunda Expedição Militar contra

³A Constituição de 1891 colocava nos Estados da Federação a mesma estrutura legislativa do Governo Federal, sendo constituída de Câmara dos Deputados e Senado Estadual.

Canudos) causou espanto, e depois a escolha de António Moreira César para chefiar a Terceira Expedição trazia esperanças da derrota .rápida dos canudenses. Ninguém esperava uma derrota do Coronel, o que levou o Governo Federal a não aceitar inicialmente a oferta de tropas do Pará.

O Governo Federal achava desnecessário o deslocamento oneroso das tropas, tendo em vista a iminente "vitória" do Coronel Moreira César. Tal recusa obrigou o Comandante do 1º Distrito Militar, General Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, o mesmo que já havia entrado em choque com o Governador da Bahia, Luiz Viana, e por isso perdeu o comando do Distrito Militar daquele Estado, a justificar-se junto ao Governo do Estado do Pará como consta em publicação no jornal A Folha do Norte,

A resposta é do Sr. Ajudante-General, que tem atribuições em todo o Exército sem a menor intervenção do governo, a quem cabe exclusivamente o direito de mover as coletividades quero dizer, corpos, brigadas etc.

O fato de dizer que não chegariam a tempo de serem aproveitados seus serviços e acarretar despesas inúteis com seus transportes foi porque o governo já designou todas as forças para as operações; é um fato que está no domínio de todos, o movimento dos corpos federais e estaduais, que foram em tempo requisitados e providenciadas as suas marchas, não sendo necessária mais do que a força que está em movimento, esta consideração é do Sr. Ajudante-General e não do Governo, logo as apreciações de vossa folha não foram justas e nem tiveram razão de ser (A FOLHA DO NORTE, 03 ago. 1897).

As tropas dos Estados do Norte só serão aceitas em julho de 1897, devido à derrota da Expedição Moreira César em março e ao quase esgotamento total da Quarta Expedição comandada pelo General Artur Oscar, necessitando de urgentes reforços em se tratando de efetivo, pois estava paralisada em seu poder de combate, sendo oficiado, por Paes de Carvalho ao Comandante do Regimento Militar, comotranscrito pelo jornal A República,

Comunico-vos, para os devidos fins, que o cidadão

Presidente da República aceitou o oferecimento que em março findo fiz em nome do Estado de seu brioso Regimento para auxiliar a divisão do exército nacional em operações em Canudos.

Congratulo-me, em nome do Estado, com o brilhante Regimento sob vossa esclarecida direção por servos dado a concorrer com o contingente do vosso esforçado patriotismo para a defesa da ordem pública, dos interesses morais e materiais da federação e quiçá das nossas instituições ameaçadas neste momento difícil da nossa evolução política de perigos de toda ordem, que podem fazê-la estremecer nos seus alicerces.

O Estado do Pará confia que o seu brioso Regimento saberá honrar as tradições desta terra patriótica, a qual o sentimento republicano acrisolado, o amor intenso as instituições são os elementos predominantes a orientar as suas aspirações, a ditar os seus atos, a incitar os seus estímulos, a honrar os seus sacrifícios.

A confiança plena no patriotismo, disciplina e valor do Regimento do Estado faz-me pressagiar-vos brilhantes sucessos, gloriosos triunfos, que vos tornarão beneméritos da pátria.

Recomenda-vos que com toda a urgência tenhais prontos a marcha a primeira voz o 1º e 2º batalhão de infantaria desse Regimento.

Saúde e fraternidade - Dr. José Paes de Carvalho (A REPÚBLICA, 30 jul. 1897).

Analisando o discurso do Governador percebe-se claramente o apoio incondicional aos ideais da República, até mesmo na saudação final, e é por este tipo de discurso, geralmente utilizado por Paes de Carvalho, que acreditamos que somente em parte as hipóteses de Paulo Emílio Martins estão corretas, pois com absoluta certeza, além do Estado do Pará gozar de uma situação econômica privilegiada, e querer mostrar que sua proximidade com os países desenvolvidos da Europa Ocidental não eram atitudes separatistas, o chefe do executivo do Pará, assim como muitos parlamentares estaduais

acreditavam estar ajudando a salvar a República. Mas, as discussões políticas começaram bem antes disso, junto com a tentativa dos jornais em influenciar a opinião pública. O principal objetivo de jornais como A República, que era um órgão do Partido Republicano, era convencer a população de que Antônio Conselheiro e os moradores de Canudos lutavam pela restauração monárquica, como fica claro no trecho,

Mais alguns dias, e o 1º e 2º Corpos do Estado estarão de viagem para a Bahia.

A animação e o entusiasmo que notamos na briosidade oficialidade e praças desses corpos desde que se anunciou a partida, dão-nos o direito de prognosticar a esse brilhante troço de servidores do Estado atos de bravura, de incontestável heroicidade, lá nos ínvios sertões baianos, onde a ignorância, de parceria com o fanatismo religioso, ambos inconscientes convertidos em instrumentos da hidra monárquica, tramam contra o grandioso edifício das nossas instituições, pretendendo a todo transe fazê-las ruir.

(...) O amor à república e o amor à liberdade não devessem exacerbar a coragem e conduzi-lo a vitória, convertendo cada um deles num herói destemido e audaz, caminhando sempre para frente, expansão do ânimo o mais desassombrado.

(...) Marchai, pois, soldados paraenses!

A República precisa de vós, e vós, servindo-a com lealdade, com o sacrifício dos vossos cômodos e vida, mostrais eloquentemente que bem dignos filhos sois dela (A REPÚBLICA, 03 ago. 1897).

Isto não ocorre apenas com A República, outros periódicos também mostram seus pontos de vista, como no jornal A Folha do Norte,

Não nos iludamos. O trabalho da restauração vem de longe. Começou no dia em que os foragidos por medo ou por interesse, restabelecidos do pânico causado pela

vitória da revolução de 15 de Novembro e já livres de perigo pela generosidade dos vencedores, puderam formar na Europa seus conluíus contra a república. (Por Rangel Pestana, publicado na gazeta de notícias). (A FOLHA DO NORTE, 03 jul. 1897).

Observa-se que em ambos os textos o objetivo era colocar os moradores da cidadela de Canudos como fanáticos e bandidos que defendem o retorno ao regime monárquico por influência de Antônio Vicente Mendes Maciel, no intento de restaurar o Império do Brasil. Era necessário que os políticos justificassem o envio da força policial do Estado ao sertão da Bahia, e isso deveria ser feito convencendo a opinião pública dos perigos que o país corria caso a restauração fosse concretizada, era preciso mostrar a evolução civilizadora conquistada com o advento da República e que a volta ao Império significaria um atraso ao desenvolvimento do Brasil. Para tanto a melhor maneira de conseguir o apoio popular era através da imprensa.

Pelo menos no aspecto religioso, conseguimos encontrar um jornal que não atacava Antônio Conselheiro e Canudos (até defende) como os outros jornais que circulavam na cidade de Belém, é O Apologista Christão Brasileiro, da Igreja Metodista Episcopal, e de propriedade de Justos H. Nelson. Neste jornal, de circulação mensal, em um artigo denominado "Fanatismo", Justos Nelson critica ferozmente os que dizem ser:

(...) fanático todo homem que sinceramente acredita na Bíblia e procura regular a sua vida segundo mandam os seus preceitos. No sentido vulgar do termo é fanático quem guarda o Domingo; é fanático quem gosta do estudo da Bíblia; é fanático quem procura sinceramente persuadir aos seus amigos os vícios e crimes e ser bons cidadãos (...)

(...) Podem chamar-nos fanáticos, querendo, optamos por ir ao céu (O APOLOGISTA CHRISTÃO BRAZILEIRO, 01 maio 1897:20).

Justos Nelson defendia Canudos por satisfazer seus próprios interesses. Defendendo a religiosidade da comunidade de Antônio

Conselheiro, defendia também o Protestantismo, e o Metodismo especificamente, afinal ambos eram "alvos" da Igreja Católica, no que diz respeito aos objetivos de reconquista de espaço. Na missa campal realizada em homenagem aos militares recém chegados de Canudos, celebrada pelo Bispo de Belém, Dom Antônio Brandão, este profere um discurso publicado no jornal A Província do Pará, e republicado por Justos Nelson em seu jornal. O Bispo refere-se às forças militares como se estas tivessem ido ao sertão baiano salvar "a pátria e a religião". Justos Nelson se opõe veementemente a este discurso no aspecto religioso ao afirmar que "(...) segundo o discurso do sr. Bispo, o degolamento de tantos manietados, o massacre a sangue frio de tantos homens, mulheres e crianças foi um 'auto de fé' para a glória de Deus!" (O APOLOGISTACHRISTÃO BRAZILEIRO, 1897).

Evidentemente O Apologista Christão Brasileiro era um jornal de menor circulação na capital, mas fez ouvir sua voz aos protestantes metodistas. Pelo menos podemos observar que as críticas ao arraial de Canudos não eram uníssono. Enquanto os outros jornais aproveitavam a indignação religiosa da maioria da população católica para influenciá-los, Justos Nelson, mesmo defendendo sua própria religião, prestou grande ajuda a memória de Canudos.

Para os outros jornais de Belém, assim como os da Capital Federal, ou de São Paulo, ou Salvador, Canudos era apenas

(...) um acidente monstruoso das aluviões morais do sertão: truculência das lutas primitivas, a rudeza dos instintos agrestes, a credice da discultura analfabeta, o banditismo predatório do crime, a pugnacidade implacável dos ódios locais, a escória promíscua do campo e da cidade, as fezes do ócio, da miséria, da tarimba e da penitenciária, todos esses sentimentos orgânicos da anarquia, derivados de todos os pontos do Brasil (...). (O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29jul. 1897).

Apesar de estarmos abordando separadamente neste trabalho a discussão política e religiosa sobre Canudos, principalmente nos jornais de Belém, é importante que se entenda que ambos não eram separados, e sim caminharam juntos. Para a população de Belém no final do Século XIX, o que aconteceu foi o surgimento no sertão da Bahia de um "fanático" religioso que

buscava a todo custo restaurar a monarquia no Brasil e conseguia influenciar a gente sofrida do Nordeste brasileiro.

O Pará, fortalecido economicamente, e fiel à República do Brasil e seu Governo Central através de sua elite política, tinha por dever ajudar a defender o regime e manter a ordem "civilizadora" que vinha "melhorando" o país. Os personagens anónimos que tinham acesso à imprensa em Belém nesse período, representados por profissionais liberais, comerciantes, funcionários públicos, militares, operários, professores, estudantes e mesmo as senhoras das classes alta e média, não tinham como saber ou conhecer a triste realidade vivida nos sertões daqueles estados do Nordeste que passaram pelos diversos ciclos de grandes secas que devastavam a desolada vegetação do interior daquela Região, secas como a de 1877, que grande êxodo causou, transformando os sertanejos do Nordeste em trabalhadores da borracha nos confins da selva amazônica, enriquecendo os estados do Amazonas e Pará e melhorando a vida das elites do Norte.

Alguns jornais se aproveitavam da situação que vivia o país para fazer uma imprensa sensacionalista. É o caso, por exemplo, do jornal O Holophote, que em publicações bissemanais podia-se ler:

Para Canudos dizem que um celebre monarchista do nosso meio pretende levar, cheia de munições para o Conselheiro, a moxilla do Braguinha da Noiva.

Damos esta noticia com muita reserva, para que a policia se ponha de sobreaviso (O HOLOFOTE, 02 maio 1897:02).

Em sua edição de 23 de maio de 1897, o mesmo jornal traz uma descrição de António Conselheiro afirmando, ao contrário de outros jornais, que o mesmo era de família nobre, educado na Europa, bem vestido, condecorado, e outros atributos da aristocracia monarquista. E no meio desse fogo cruzado de informações da imprensa ficava a população, que com certeza, foi muito bem influenciada, afinal, na despedida do Regimento Militar do Pará, estavam no porto, dia 5 de agosto de 1897, às 14:00 horas, o Governador do Estado, o Vice-Governador, bandas de músicos dos Bombeiros e do Instituto Lauro Sodré, oficiais do Exército, Armada, Guarda Nacional e Corpo de Cavalaria, e cerca de 2000 pessoas, representantes de diversas classes, entre as quais magistrados, senadores, deputados, jornalistas, comerciantes,

industriais, artistas e funcionários públicos (REGO, 1967:9).

Embarcaram ontem as tropas expedicionárias deste Estado, sob o comando do coronel Sotero de Meneses. São indescritíveis as manifestações de apreço e simpatia que aos soldados paraenses protestou a população. Desde o Largo da Pólvora até o trapiche do Lloyd em esses bravos longamente vistoriados portodos. Além de incalculável número de populares, estiveram presente ao embarque, cumulando os dois corpos de grandes demonstrações afetuosas, O governador e o vice-governador do Estado, altos funcionários e representantes de todas as classes sociais, que se achavam naquele trapiche (A REPÚBLICA, 06 ago. 1897).

Nesta discussão não podemos deixar de lado o importante papel da Forças Armadas e da Polícia Militar. Nestes primeiros anos da República, a presença dos militares na política é uma constante inevitável, tanto que o Vice-Governador do Pará em 1897 era o Major António Baena. Como já citado anteriormente, os militares passam a ser uma força política considerável e reconhecida pelos civis. Os militares estavam presentes em praticamente todas as esferas decisórias. Para que se tenha ideia de sua participação, na Assembleia Constituinte de 1890, dos 205 deputados, 40 eram militares (FARIAS, 2005:139).

Quanto a Polícia Militar, segundo Claudia Mauch, ela assume um novo papel com o advento da República. Passa a ser o braço armado do Estado, responsável por manter a ordem e a disciplina dentro da sociedade. Deveria cumprir e fazer cumprir as legislações elaboradas de acordo com os interesses da elite dominante. Segundo a autora, existem "relações entre polícia, República, ordem burguesa, ética do trabalho e implantação de relações de produção capitalista que não podem ser ignoradas." (MAUCH, 2004:25). Desta forma, a principal função da polícia é manter o controle por parte do grupo social que detém o poder sobre a sociedade.

Porém, a Polícia nesta nova ordem não deve ser vista apenas como instrumento controlado por governantes, é preciso entendê-la internamente, como a instituição percebe sua função, e a lógica que confere ao processo. É

preciso que se perceba que na República, a Polícia não é mero "marionete", pois consegue, ao mesmo tempo, servir aos interesses da classe dominante e aos da instituição. Apesar de algumas vezes não haver unidade política entre os militares, a corporação se vê como um corpus unido e que é capaz de defender seus próprios interesses. Este assunto é amplamente discutido na tese de doutorado de William Gaia Farias que trabalha novos conceitos sobre "historia militar" desenvolvidos por Celso Castro (CASTRO, 2002) e José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2005).

O papel dos integrantes da Polícia Militar do Pará no contexto do envio da corporação para Canudos não foi aqui abordado. Mas, analisando com os dados que possuímos, podemos verificar que, muito provavelmente, a alta cúpula da Polícia paraense era amplamente a favor do envio da tropa para Canudos. Não encontramos vozes na imprensa ou documentação oficial que comprovasse qualquer posicionamento contra esta possibilidade. E pensando o contexto político do Brasil do final do século XIX, onde os militares tinham importante participação política, ao se destacar num conflito como Canudos, de repercussão nacional, os oficiais pretendiam também se projetar politicamente, garantindo participação nas elites do Estado. O apoio dos militares aos ideais republicanos, que ajudaram a construir no estado do Pará e a questão de terem se formado para a guerra, seria a oportunidade de coroamento de suas carreiras militares.

O REGIMENTO MILITAR DO PARÁ VAI A GUERRA

O desenrolar dos acontecimentos até aqui discutidos, colocaram a força policial paraense à disposição do Exército em Canudos. Para tanto, em 13 de março de 1897, o Coronel José Sotero de Menezes, comandante do Regimento Militar, informa ao Governador Paes de Carvalho que a Brigada de Infantaria estava pronta para seguir aos sertões da Bahia (REGO, 1967:7).

Sotero de Menezes era oficial do Exército, onde serviu por 53 anos, veterano da Guerra do Paraguai, onde foi condecorado com a Medalha de Bravura. Teve alguns problemas políticos ao longo de sua carreira no Pará, como o caso ocorrido em 9 de outubro de 1900, quando sentiu-se desprestigiado em ter o governador nomeado delegados de polícia da capital, tenentes que eram seus subordinados sem lhe dar conhecimento do fato. Revoltado com a maneira como foram feitas as nomeações, encontrou Paes de

Carvalho na passagem do Círio de Nazaré na casa comercial Paris N 'América, e após agredi-lo verbalmente, aplicou-lhe bofetadas, sendo exonerado do cargo (RODRIGUES, 1997:43).

O Coronel era partidário de Lauro Sodré, e do partido chefiado por António Lemos, que combatia o de Paes de Carvalho. Portanto, não eram recentes as divergências políticas entre os dois. Em sua homenagem, através do Decreto Estadual nº. 3.010/94, foi criada a Medalha General Sotero de Menezes, que distingue os integrantes da Polícia Militar do Pará que se destacam por feitos heróicos, com comprovado risco de vida na preservação da ordem pública (RODRIGUES, 1997:43).

Em 29 de julho de 1897, o comandante do Regimento recebeu ordem do Governador Paes de Carvalho para preparar sua Brigada de Infantaria, composta pelos 1º e 2º Corpos, para embarcar com destino a Bahia, o que aconteceu em 5 de agosto, no vapor "Pernambuco", do Lloyd Brasileiro. (REGO, 1967:9).

A força policial do Pará que foi a Canudos sob o comando de Sotero de Menezes possuía um efetivo total de "547 homens (combatentes), inclusive 39 oficiais com 2 médicos e as respectivas ambulâncias; fardados de acordo com a tabela em vigor, equipados, municiados e armados com fuzis 'mauser' Cal. 7mm." (REGO, 1967:10). Estes são dados importantes e devem ser levados em consideração ao compararmos com os do Estado do Amazonas, que mandou um Batalhão de Infantaria, sob o comando do Tenente-Coronel Cândido José Mariano, com efetivo total de 273 homens, e conduzindo o "armamento sistema Comblain, que levava do Amazonas, tendo recebido igual numero de armas Mauser, de 8mm de calibre, de repetição, modelo adotado para uso da Infantaria do Exército Nacional" (MARIANO, 1998:16), troca feita no Arsenal de Guerra da Bahia. O fuzil Mauser modelo 1895 era uma arma de repetição de calibre 7mm, e era o fuzil mais moderno em 1897, e já conduzido pelo Regimento Militado Pará.

Outro dado importante que nos fornece Cândido Mariano é sobre o fardamento de sua tropa. Segundo o comandante, o Batalhão do Amazonas recebeu fardamento e equipamento do Arsenal de Guerra em Salvador, apesar de na passagem pelo Pará ter recebido também alguns fardamentos para praças dos fornecedores da Polícia do Pará, Adelino Arantes & Cia (MARIANO, 1998:16).

Apenas a partir destes dados relativos a efetivo, armamento e

fardamento, em comparação a tropa do Amazonas, que teve ainda despesas de 14:473\$000 durante a sua jornada na Bahia (MARIANO, 1998:28), pode-se ter ideia dos gastos despendidos pelo Governo do Pará neste envio de sua Brigada de Infantaria à Bahia. Mais esclarecedor, no entanto, é o Ofício redigido pelo Governador Paes de Carvalho ao Inspetor do Tesouro em 2 de dezembro de 1897:

Sr. Inspetor do Tesouro:

Cumprindo a todos os Estados da União Brasileira concorrer na medida de suas forças para minorar as dificuldades com que tem lutado o Governo Federal na grande obra da consolidação da República, resolvi mandar correr, exclusivamente, por conta dos cofres desse Tesouro, as despesas feitas com o Regimento Militar do Estado durante o tempo das suas operações em Canudos e por isso vos recomendo, não só que mandeis pagar ao mesmo Regimento os vencimentos relativos aos meses de setembro e outubro, constantes das inclusas folhas, mas indenizeis os cofres da União da importância de 46:872\$896, recebida pelo Sr. Comandante do Regimento para pagamento dos vencimentos de agosto, certo de que nesta data me dirijo ao 1º Delegado Fiscal para que mande receber nesse tesouro a referida importância.

E como em poder do Sr. Comandante do Regimento se acha a quantia de 59:995\$676, sendo 14:064\$667, saldo da de 46:872\$896, recebida dos cofres da união, visto terem importado os vencimentos de agosto somente em 32:826\$229 e 1:909\$100 saldo da de 20:000\$000, entregue ao mesmo Sr. Comandante para as despesas inadiáveis que ocorressem na Baía, deveis, ao mesmo tempo que efetuades o pagamento, receber do Comandante a referida importância de 25:955\$767, e bem assim descontar dos vencimentos dos oficiais a de 3:119\$400 que lhes foi adiantada por conta da de 20:000\$000 acima mencionada.

Tais despesas devem ocorrer pelo crédito da verba do Título 112, n. 4, do orçamento em vigor.

Saúde e fraternidade.

(a) Dr. José Paes de Carvalho. (MARRECA, 1940:121/122)

Evidentemente houve deserções na tropa paraense. Em 9 de agosto seguiram, no navio "Carlos Gomes", que conduzia a policia do Amazonas, seis)raças que deixaram de embarcar dia 5 com o restante da tropa, "(...) As fardas i bonés pertencentes aos desertores foram encontrados, posteriormente, na sstrada de São Jerónimo e em frente ao trapiche da Amazon Company". Dos seis, somente três chegaram a Bahia. Em Salvador, demitiu-se o Uferes António Frederico de Macedo por não querer seguir para a luta REGO, 1981:112).

É importante que se perceba o clima vivido naqueles dias de agosto de L897, afinal três expedições militares já haviam sido derrotadas pelas forças Je António Conselheiro, e a Quarta Expedição estava correndo sério perigo. Provavelmente muitos homens não queriam seguir para o que poderia ser a norte certa, e deixar suas famílias sem condições de se manter. Existia o clima Je euforia republicana sim, mas nem todos pensavam da mesma forma. Pode-e levantar também a possibilidade de transgressão disciplinar por parte dos soldados, que por algum motivo não estavam presentes no horário previsto, jreferindo desertar a serem punidos de acordo com os regulamentos ldisciplinares à época bastante rigorosos.

Talvez o único caso diferente destes tenha sido o do Cabo de Esquadra le 3ª Classe Pedro Bureba Busto, que era espanhol e deu um passo a frente luando perguntado a tropa os que não queriam seguir para Canudos. Afirmou iue "(...) não desejava combater filhos duma pátria que a muitos anos tão :arinhosamente o acolhia." (MARRECA, 1937:17). Os motivos que levaram 'edro Bureba a não embarcar foram provavelmente por questões ideológicas, levido a sua origem. Sua formação política era distinta da dos outros ntegrantes da tropa paraense, podendo tê-lo levado a não aceitar as condições la luta. É provável ainda que por ser espanhol, Bureba não queira ter ido jarticipar de uma guerra que nada lhe interessava. Mas, estas deserções não leriam as únicas, como veremos adiante.

Para fazer a segurança da cidade enquanto a Brigada de Infantaria istivesse fora, foi criada, através do Decreto nº. 465, de 30 de julho de 1897,

uma Guarda Cívica, que foi extinta em 10 de novembro de 1897 após o retorno dos 1º e 2º Corpos de Infantaria da Bahia (REGO, 1981:112).

A Brigada de Infantaria do Pará em 16 de agosto finalmente chegou a Salvador. Nesta Cidade, a tropa prepara-se e aguarda a ordem para partir com destino a Canudos, o que aconteceu em 21 de agosto, chegando, primeiro a Queimadas em 22, e onde são excluídas por deserção três praças (REGO, 1967:13). Em Monte Santo, foi demitido o Capitão Francisco José Rodrigues Chaves Sobrinho (MARRECA, 1937:19). Foram também excluídas seis praças, uma delas por morte (REGO, 1967:14). Estas deserções de Monte Santo e Queimadas, muito mais provável que as de Belém, podem ter sido por medo de morrer e pelas condições do Sertão baiano, com escassez de água e calor abrasador.

A Brigada do Pará, partia para o destino final em 13 de setembro de 1897, atravessando o terreno inóspito e a vegetação agressiva do sertão, onde em Caldeirão encontram Euclides da Cunha, colhendo informações que fariam parte da obra *Os Sertões* (MARRECA, 1937:22). Euclides, para seguir em segurança, acompanhou o Batalhão do Amazonas, cujo comandante, Tenente-Coronel Cândido Mariano, fora seu colega na Escola Militar da Corte (MENDONÇA, 1998:31).

A tropa paraense chegou dia 16 em Canudos, passando a integrar, juntamente com o Batalhão de Polícia do Amazonas, a 2ª Brigada, da 2ª Coluna, da Divisão Auxiliar, comandada pelo General Carlos Eugênio Andrade Guimarães (REGO, 1967:17), irmão do General Artur Oscar. A Divisão Auxiliar ainda contava com o Batalhão de Polícia de São Paulo, o 22º, o 24º, o 37º e 38º de Infantaria do Exército (MARRECA, 1937:24).

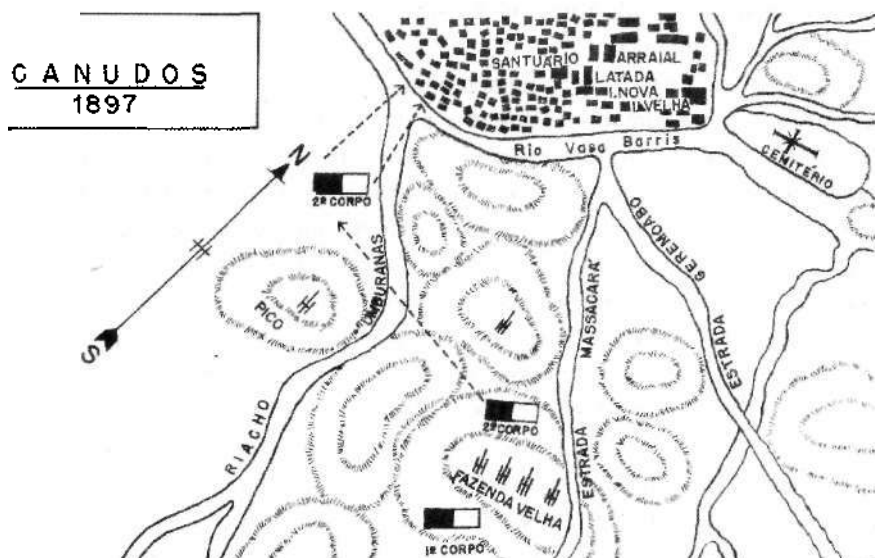
O 1º Corpo de Infantaria acampou nas posições da Favela, distante três quilômetros de Canudos e principal acesso dos militares ao arraial (MARRECA, 1937:24). O 2º Corpo, com o Estado-Maior e Corpo de Saúde, foi guarnecer as trincheiras do ponto fortificado da Fazenda Velha e do Pico, distantes 1200 metros de Canudos (REGO, 1967:17). Essas posições mantiveram-se praticamente inalteradas, com exceção do acampamento do 2º Corpo que teve que ser deslocado mais para leste em 24 de setembro, em virtude de estarem sendo feridos alguns militares pórfiros conselhe instas.

A primeira atividade de combate do Regimento Militar do Pará só ocorreu em 25 de setembro, e é tal sua importância para a história da Polícia Militar do Pará, que o patrono da corporação, Coronel Antônio Sérgio Dias Vieira

da Fontoura, conseguiu este título por ter se destacado neste dia de combate.

Na manhã de 25, no Forte Sete de Setembro, os comandantes paraenses receberam a informação de que a posição do Pico era ameaçada em seu flanco esquerdo por um grupo de conselheiristas que tentava avançar pelo riacho Umburanas. Era necessária uma pronta resposta a fim de evitar a queda daquele ponto estratégico às tropas governnistas.

Ficou então decidido que iriam atacar, e sob o comando do Coronel Sotero atravessaram o Umburanas e colocaram-se na margem do Vaza-Barris para iniciar o ataque, sendo enquadrada a tropa paraense a Leste pelo 26º do Exército e a Oeste pelo Batalhão do Amazonas. Na primeira tentativa de avançar sobre o inimigo atravessando o Vaza-Barris, entre outros feridos, recebeu um projétil no joelho direito o Coronel Sotero de Menezes. Assume o comando geral da Infantaria do Pará Antônio Dias da Fontoura, que viu sua tropa por alguns instantes paralisada no leito do Vaza-Barris. (REGO, 1967:23/29).



Mapa da Região de Canudos e Movimentação da Tropa Paraense
Fonte: REGO, 1981:115.

Essa movimentação inicial da polícia paraense pode ser observada no mapa acima, feito a partir de um croqui (desenho feito a mão) com a localização dos pontos ocupados pela tropa e sua disposição no terreno, com detalhes sobre localização dos rios e estradas, posicionamento da Artilharia governista, além de locais dentro da cidadela (Santuário, Latada, Igreja Velha e Igreja Nova), que servirão para acompanhar mais detalhadamente os relatos do combate.

Sob o comando de "carga de baioneta" a tropa paraense parte para o combate corpo a corpo contra o experimentado "exército" conselheirista. Como os conselheiristas ainda possuíam as posições de domínio do terreno, a tropa paraense põe fogo em algumas casas, e avança para reforçar o 1º escalão de ataque, reforço este que força os inimigos a recuarem de suas posições. Neste momento um grupo de conselheiristas tenta desbordar e atacar a tropa paraense pela retaguarda, avançando pela barranca esquerda do Vaza-Barris, sendo a Polícia do Pará alertada do ataque pela Artilharia do Forte Sete de Setembro. Apoiado pela tropa do Amazonas em seu avanço, põe-se fora de combate a ação inimiga.

O ataque vinha sendo apoiado pelo 5º Regimento de Artilharia do Forte Sete de Setembro com 4 peças de Krupp de 75mm e 2 canhões de tiro rápido Nordenfeldt de 37mm, que tiveram que suspender o fogo quando a tropa atacante atingiu a praça do Mercado. Alcançada esta posição, o Tenente-Coronel Fontoura recebeu ordem de retirada imediata, do General Artur Oscar, momentos depois chegando nova ordem, a de cessar o ataque e manter as posições conquistadas (REGO, 1967:23/29).

Cessado o ataque, foram assinaladas as posições com bandeirolas vermelhas, e hasteada as bandeiras do Brasil e do Pará. O saldo de baixas da Brigada do Pará foi de 54, sendo que destes, 19 foram mortos. Às 14:00 horas as tropas de Polícia foram substituídas portropas do Exército, estava reduzido o cerco a Canudos. Os mortos foram sepultados e colocada uma cruz com os dizeres: "Aqui jazem o Capitão Manoel Baptista Cordeiro, e os praças do Regimento Militar do Pará, mortos em combate de 25 de setembro de 1897." (MARRECA, 1937:35).

Segundo Roberto Mendonça, a ação das tropas policiais do Norte descumpriram ordens do Comando Geral em seu plano de combate, mas serviram para cercar definitivamente Canudos. Os comandantes apesar de elogiados ostensivamente, foram repreendidos separadamente por Artur Oscar

(MENDONÇA, 1998:31).

Saindo deste combate como "herói", Fontoura foi transformado em Patrono da Polícia Militar do Pará, devido a sua liderança em combate. Em 9 de outubro de 1900 Fontoura foi promovido a Coronel e nomeado Comandante Geral do Regimento Militar do Estado por Paes de Carvalho (não podemos esquecer o incidente deste com o Coronel Sotero na mesma data), foi reformado em 01 de agosto de 1911 (RODRIGUES, 1997:40/41).

A tropa paraense ainda participou dos combates de 1º de outubro, determinado pelo General Artur Oscar, quando foi designada para ocupar posições a Noroeste da barranca esquerda do Rio Vaza-Barris, a retaguarda da ala direita da Polícia de São Paulo, do 5º de Polícia da Bahia e 26º do Exército.

Após lançar mais de 2000 homens no ataque, às 13h00min horas, sem resultados expressivos para a tropa governista, o ataque é suspenso, com um saldo de 6 baixas no Regimento Militar do Pará, entre as quais 3 mortos. Canudos só caiu em 5 de outubro às 12:00 horas. Após a queda da cidadela, o 1º Corpo de Infantaria foi designado para junto com o 12º do Exército fazer a guarda dos prisioneiros, onde foi "autorizada a criminosa degola de muitos deles, pelo Comando Geral das Operações" (REGO, 1967:33). Vergonhosa missão, denunciada posteriormente com comprovada indignação por diversos setores sociais, deve ter sido cumprida, com certeza, por muitos policiais paraenses, sem, no entanto, terem sido denunciados no Pará por este crime, preferindo o governadortorna-los heróis.

Nem só de "heróis", mortos e feridos foi a participação da tropa paraense, houve problemas disciplinares também, como o caso de duas praças que se esconderam entre os mortos e feridos no leito do Vasa-Barris no combate de 25 de setembro, de lá saindo somente quando foram descobertos pela turma designada de conduzir os feridos ao Hospital de Sangue, a punição foi o rebaixamento definitivo dos postos (MARRECA, 1937:35).

A ordem para retirar-se do teatro de operações veio, para o Regimento Militar do Pará, em 7 de outubro, partindo então em 8 de outubro de Canudos, e chega a Salvador em 16 às 14:45 horas. Foi recebida com festa, como todas as tropas que chegavam do sertão. No dia 23 de outubro, às 11h00min horas, embarcaram no vapor "Planeta", do Lloyd Brasileiro, para Belém, onde chegavam em 4 de novembro de 1897 com uma estrondosa recepção (REGO, 1967:39). Além do Governador do Estado, que seguiu de navio ao encontro da tropa na entrada do porto de Belém,

(...) Na ponte de desembarque estavam representantes da imprensa e do Club Naval; várias sociedades maçônicas, recreativas e beneficentes; o corpo comercial, representantes do funcionalismo e Orfelinato Paraense. Calculava-se a afluência em mais de 20000 pessoas, que se aglomeravam ao longo do litoral de Belém. (REGO, 1967:40).

Segundo Marreca ainda houvera desfile da tropa e muitas homenagens (MARRECA, 1937:54), mas não só de festa se resumiram os acontecimentos após a chegada do Regimento Militar do Pará. Houve protestos também, como o já citado artigo do jornal O Apologista Cristão Brasileiro contra as declarações do Bispo de Belém e as numerosas vozes por todo o país contra as injustiças e crueldades cometidas pelas tropas governistas em Canudos, degolando sem julgamento, massacrando sem distinção de cor, sexo ou idade.

Os protestos que ecoaram, principalmente na Capital Federal, não foram assimilados completamente em Belém. Após a Guerra de Canudos, a reputação do comandante-em-chefe das tropas, General Artur Oscar, e do Exército estariam irremediavelmente manchadas. O Exército só conseguiria se reerguer deste episódio quase 30 anos depois, já na década de 20, antes da "Revolução de 30". Sugerido pelo General Artur Oscar ao congresso uma condecoração aos combatentes do Exército que lutaram em Canudos, foi severamente repreendido pelo Ministro da Guerra, General Cantuária, por não haver motivos para se comemorar uma guerra onde morreram irmãos que lutavam de lados distintos (GALVÃO, 2001:97).

O mesmo não aconteceu com a Polícia do Pará, onde vários militares foram promovidos pelo Governo do Estado por bravura (MARRECA, 1937:49). Ainda hoje a polícia do Pará cultua sua atuação na Guerra de Canudos, tendo como patrono o Tenente-Coronel Fontoura e citando Canudos na canção da corporação, como pode ser comprovado no site oficial da Polícia Militar do Pará. Fica o espaço para que se investigue tal contexto com maior profundidade, ou seja, as diferenças entre o que aconteceu com o Exército e a Polícia Militar, principalmente as da Região Norte, nos Estados do Pará e do Amazonas.

Os 2 quadros demonstrativos abaixo trazem os dados sobre deserções, exclusões e demissões, mortos e feridos.

QUADRO 1

DESERÇÕES, DEMISSÕES E EXCLUSÕES		
Deserções antes dos Combates	Demissões (oficiais)	Exclusões por Deserção
3	2	7
Total: 12		

QUADRO 2

MORTOS E FERIDOS		
Causa da morte	Mortos	Feridos
Combate de 25 de Setembro	19	35
Combate 01 de outubro	03	03
Causas diversas	04	-
Total	26	38

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Canudos sem dúvida têm muitas relações com a história da Amazônia, e infelizmente muitos não sabem disso. Ignoram uma página importante da história da Amazônia, da qual fez parte os Estados do Norte, participando ativamente através de sua elite política e com a totalidade da Infantaria de sua força policial, onde vidas foram ceifadas.

Muitos não sabem que o nome do Bairro Canudos, localizado na zona leste da cidade de Belém, é uma homenagem à presença da Brigada de Infantaria do Pará naquela guerra (CRUZ, 1992:29). Ou que a atual Avenida 25 de Setembro até 16 de dezembro de 1897 se chamava Rua Conde D'Eu. Seu nome foi alterado graças a Virgílio Mendonça e Sabino da Luz que apresentaram a proposta de mudança à sessão do Conselho Municipal, para homenagear a data comemorativa da vitória da tropa paraense sobre os canudenses(CRUZ, 1992:87)..

Quanto às discussões em torno do envio da tropa ao sertão da Bahia, podemos observar a luta das elites locais na tentativa de enviar as tropas para auxiliar o Governo Federal. Como afirmamos, o Pará havia conseguido algum destaque no início da República, e obviamente queria seu espaço na política nacional ampliado quando acabasse a guerra. Além disso, Paes de Carvalho era republicano e acreditava estar ajudando a salvar a República da restauração monárquica. O governador só não contava com a péssima repercussão do episódio a nível nacional, o que fez com o Executivo Federal colocasse a culpa no Exército.

O mesmo que ocorreu com o Exército não aconteceu com a Polícia Militar do Pará. Não conseguindo o destaque que queria a nível nacional, o governador do Pará, ajudado pela imprensa local, pelo menos conseguiu encher de brilhantismo a participação de seu Regimento Militar na Guerra de Canudos. Os gastos foram imensos, talvez só menores que os gastos do Estado da Bahia, que já estava há muito engajado no conflito. Mas, o Pará fez jus ao seu destaque econômico no período inicial da República arcando com todas as despesas de enviar sua força policial ao sertão da Bahia.

Muito se tem para ser estudado, os militares na história do Pará devem ser considerados como um tema tão importante quanto qualquer outro. Erros foram cometidos em Canudos pelas tropas que se encontravam combatendo os conselheiristas, como aconteceu por diversas vezes em nossa história, resta-nos entender estes processos e ampliar nossos conhecimentos.

RESUMO: Este artigo trata do contexto do envio da força policial do estado do Pará para a Guerra de Canudos em 1897. Além dos combates em que teve participação esta tropa no cenário de operações do sertão baiano, há enfoque nas discussões político - religiosas na capital paraense publicadas nos periódicos da época, assim como em outras fontes primárias. Trata ainda de uma discussão mais ampla ao apresentar um debate acerca dos primeiros anos do regime republicano no Brasil e sua tentativa de consolidação quando se apresenta o conflito em Canudos.

PALAVRAS-CHAVE: Pará, polícia, Canudos.

BIBLIOGRAFIA

AFOLHA DO NORTE. Belém. Julho a Dezembro de 1897.

A REPÚBLICA. Belém. Janeiro a Dezembro de 1897.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: JorgeZaharEd.,2005.

CASTRO, Celso. A Invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd., 2002.

CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém: Significado Histórico de suas Denominações. 2. Ed. Belém: CEJUP, 1992.

CUNHA, Euclides da. Canudos: Diário de uma Expedição. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____, Os Sertões. São Paulo: Nova Cultural, 2003,

FARIAS, William Gaia. A Construção da República no Pará (1886 - 1897). Tese ^Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói.2005.

FLORES, Má rio César. Bases para uma Política Militar. Campinas: UNICAMP, 1992. pp. 39 - 79.

- GALVÃO, Walnice Nogueira. O Império do Belo Monte: Vida e Morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GOMES FILHO, Gregório Ferreira. Extremos da historiografia brasileira: Marreca e o Regimento Militar do Pará na campanha de Canudos. Monografia (Bacharelado e Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Arquivo Público do Pará. Livro de Atas da Câmara dos Senadores do ano de 1897, p.30.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Arquivo Público do Pará. Relatório do Corpo de Polícia Paraense de 1897.
- HOORNAERT, Eduardo. Os Anjos de Canudos. 3. Ed. Vozes: Petrópolis, 1998.
- MARIANO, Cândido José. A Força Pública do Amazonas em Canudos. Relatório do Tenente-Coronel Cândido José Mariano, Apresentação de Roberto Mendonça. 4. Ed. Recife: Massangana, 1998.
- MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. A Milícia Paraense e a Sua Heróica Atuação na Guerra de Canudos. Belém: Guajarina, 1937.
- _____. Histórico da Polícia Militar do Pará: Desde seu Início (1820) até 31 de dezembro de 1939. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.
- MARTINS, Paulo Emilio Matos. A Amazónia na Campanha de Canudos. Revista Nosso Pará, Belém, Ver Editora, out. 1997.
- MAUCH, Cláudia. Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre na Década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004. pp. 25 - 68.
- MONIZ, Edmundo. A Guerra Social de Canudos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MONTEIRO, Welton Luiz Araújo. Em Defesa da República: O Regimento Militar do Pará na Guerra de Canudos. Monografia (Bacharelado e Licenciatura Plena em Historia). Universidade Federal do Pará. Belém. 2005.
- O Apologista Cristão Brasileiro. Belém. Maio de Dezembro de 1897.
- O Diário de Noticias. Belém. Julho a Dezembro de 1897.
- O Holophote. Belém. Maio de 1897.
- REGO, Orlando L. M. de Moraes. A Brigada Policial do Pará na Campanha de Canudos. Belém: Falângola, 1965.
- _____. História da Milícia Paraense na campanha de Canudos. Belém: Imp. Universitária, 1967.
- _____. Retrospecto Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822 -1930). Belém: IHGB, 1981. pp. 97 - 139.
- RODRIGUES, Theodoro. O Pará na Guerra de Canudos. Revista Nosso Pará, Belém, Ver Editora, out. 1997.
- SCHULZ, John. O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850 - 1894. São Paulo: EDUSP, 1994. pp. 183 - 201.
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. A Guerra de Canudos. 3. Ed. [Rio de Janeiro]: Philobiblion: [Brasília]: INL, [1985].
- VIANA, Artur. Diário do Regimento Militar do Pará na Guerra de Canudos: Extraído do Jornal do Comercio, Edições de 13 de janeiro a 05 de fevereiro de 1904. In: REGO, Clóvis Moraes. Arthur Viana: Contribuição à História da Cadeira Nr 8 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém: Imprensa do Estado, 1971. pp. 272 - 304.
- <http://www.pm.pa.gov.br/>>
 - <http://www.portfolium.com.br>>